



Assembleia Municipal de Odivelas

Ata Nº23/2013

**ATA DA 4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO
QUADRIÊNIO DE 2013-2017
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Aos trinta dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze pelas catorze horas reuniu a **Assembleia Municipal de Odivelas**, em **4ª Sessão Extraordinária do Quadriénio de 2013-2017**, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Miguel Filipe Pardal Cabrita, como Presidente, António José Real da Fonseca e Deolinda Martins, como 1º e 2ª Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

II - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

Ponto 1 - Debate sobre a Atividade e situação Financeira do Município - -----

Ponto 2 - Proposta de Alteração do nome “Cartão Jovem Cidadão” para “Jovem Cidadão” e Subsequente Alteração do Regulamento, Fichas de Adesão e Guia Informático -----

Ponto 3 – Indicação de 4 cidadãos eleitos para integração da Comissão Alargada da CPCJO -----

Ponto 4 - Tomada de posse para as Comissões Permanentes/Especializadas na Assembleia Municipal de Odivelas.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

O Senhor Presidente da Assembleia deu posse ao Sr. Deputados Municipais **João Lourenço** da bancada da CDU e **Sérgio Saruga**, da bancada do PSD. -----

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do PS, o Membro da Assembleia Municipal **Luís Miguel Galante**, pelo Membro **Alcina Trindade**; -----

Na bancada da CDU, o Membro da Assembleia Municipal, **Lídia Mateus**, pelo Membro **Raquel Rodrigues**;

Na Bancada da CDU o Membro da Assembleia Municipal, **António Pedro**, pelo Membro **João Lourenço**; --

Na Bancada da CDU o Membro da Assembleia Municipal, **Maria João Loya**, pelo Membro **Adventino Amaro**; -----

Na Bancada do PSD o Membro da Assembleia Municipal, **Carlos Roda**, pelo Membro **Sérgio Saruga**. -----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença dos 34 Membros da Assembleia Municipal, tendo-se registado as ausências de, **Fernando Painho Ferreira**, pela bancada da CDU, **Paula Paçó**, pela bancada do PSD e **Isabel Neto**, pela bancada do CDS -----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, o Sr. Vereador **Paulo César Teixeira** em substituição da Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, **Susana Amador** e 2 Vereadores que compõem o executivo camarário, tendo-se registado a presença dos Srs. Vereadores **Carlos Bodião**, pela bancada do PSD e **Edgar Valles**, pela bancada do PS-----

Havendo quórum, o Senhor Presidente deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**. -----

No âmbito do PAOD, Usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

José Carlos Pires, pela bancada da CDU proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

"Trago aqui uma situação, que no mandato anterior vieram cá várias vezes moradores da Serra da Luz expor o problema em que também foram à Assembleia de Freguesia. -----"



Assembleia Municipal de Odivelas

P
J
D

Os moradores da Serra da Luz já entregaram à cerca de quatro anos um documento na Câmara, sobre um corte na Rua D. Sanches I, ou seja, a Rua D: Sanches I há uns anos foi ocupada por uma moradora que fez dessa Rua um muro e lá dentro fez um quintal para seu próprio benefício, o que não permite que os moradores passem lá. -----

O que aconteceu e o Sr. Vereador tem conhecimento disso, eu também lá estive e a proteção civil com um grupo de moradores, na Rua paralela à D. Sanches I, que era a rua que as pessoas utilizavam porque esta mesma tinha sido cortada por essa moradora e ninguém da fiscalização mandou os muros abaixo ou fez com que essa senhora mandasse os muros a baixo e consequentemente abateu toda a zona do muro e toda a zona de proteção. -----

O que os moradores dizem é que esse abatimento teve a ver com terras que foram retiradas dessa zona para fazer o muro da Rua D Sanches I e agora cortaram a Rua que é um acesso público para benefício pessoal. Mais uma vez denunciámos e este caso que já se vem arrastando há vários anos e continua na mesma. -----

Um outro assunto, passa-se na Serra da Luz, existem muitos proprietários que não fizeram habitações e que dão completamente ao abandono os seus locais, um deles é na Rua D. Dinis. -----

Sei que foram enviados mails para a Câmara e nada foi feito, mas existe um terreno que está completamente ao abandono. Houve há uns meses um incêndio e só a rápida intervenção dos Bombeiros da Pontinha fizeram com que não houvesse ali uma desgraça” -----

João Curvelo, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

“Um primeiro esclarecimento e que já tínhamos pedido há duas Assembleias atrás para perguntar à Câmara Municipal de Odivelas qual a razão pela qual não respondeu aos requerimentos da oposição neste mandato neste mandato, se é que há alguma razão para isso. -----

Em segundo lugar era uma questão processual e que tem a ver com a condução dos trabalhos nesta Assembleia de hoje, porque nós apresentámos uma proposta de alteração ao regulamento do cartão jovem cidadão e ela é para ser discutida no ponto referente e não no PAOD embora tenha sido distribuída agora julgo fazer mais sentido que seja discutido e votado no ponto referente. -----

Terceira questão tem a ver com o documento 6, que não é para ser votado mas sim para ser anexado ao documento 5 que é o documento sobre a mesma matéria.” -----

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia**, foi colocada à votação a discussão dos documentos acima apresentados tendo sido **Aprovada por Unanimidade** -----

Pela bancada do BE foram apresentados: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

P
b
D.

Documento nº 1 uma Moção "Em defesa dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo" que seguidamente se transcreve; -----

"Em defesa dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo" -----

No dia 13 de Dezembro, milhares de trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) realizaram um protesto contra o desmantelamento da empresa. A este protesto, que encheu o centro de Viana do Castelo, juntaram-se populares e personalidades políticas de diversos setores, dando corpo à contestação contra a destruição do setor da construção naval em Portugal. Poucos dias depois, a 18 de Dezembro, os trabalhadores dos ENVC deslocaram-se a Lisboa para mais um protesto, desta vez junto à residência oficial do Primeiro-Ministro. Estes foram apenas dois episódios recentes da luta constante que tem sido travada nos últimos anos. -----

A privatização dos ENVC é uma opção errada, ideologicamente marcada, tendo consequências gravíssimas para o desenvolvimento regional e para o futuro do país. A primeira dessas consequências é o despedimento de mais de 600 trabalhadores, com efeito imediato para as suas famílias e para a economia da região. Além disso, este processo compromete o futuro da indústria naval portuguesa – atacando, assim, um setor importante da economia nacional. A prova do fracasso desta intensão é o facto de o único interessado que chegou à fase final do processo ser uma empresa tecnicamente falida, com um passivo de largas centenas de milhões de euros. -----

As propostas apresentadas pelos trabalhadores e pelos seus órgãos representativos têm sido sucessivamente ignoradas por um governo que nada ouve e que não tem em atenção o interesse da economia nacional e dos setores produtivos fundamentais para o seu desenvolvimento. Ao invés, o endividamento dos ENVC é apresentado como um dos argumentos para o seu desmantelamento e entrega ao setor privado. Perante a confirmação de que -----

existe dinheiro para as indemnizações, importa reafirmar a exigência de aplicação deste valor no investimento e modernização dos ENVC. -----

Não sendo o desmantelamento dos ENVC inevitável, a manutenção desta empresa é uma questão de escolha e de aposta estratégica de médio e longo prazo. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em sessão plenária em 30 de Dezembro de 2013, delibera: -----

1. Manifestar o seu apoio inequívoco à luta dos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, apelando à manutenção dos seus postos de trabalho e ao desenvolvimento da indústria naval em Portugal; -----
2. Exigir ao Governo a revogação da decisão relativamente à privatização da empresa, suportando esta escolha na implementação de apoios financeiros que permitam a continuação dos ENVC como uma empresa do Estado, ao serviço da economia nacional." -----



Assembleia Municipal de Odivelas

P
J
F.R.

Documento nº 2 Proposta de Recomendação “Alteração ao Regulamento do Jovem Cidadão” que seguidamente se transcreve e votado no âmbito do Ponto 2 da Ordem de trabalhos -----

“No âmbito da discussão do Regulamento do Jovem Cidadão, a Assembleia Municipal de Odivelas de Odivelas, reunida em plenário no dia 30 de Dezembro de 2013, recomenda à Câmara Municipal de Odivelas que a alínea 3 do artigo 8º passe a ter a seguinte redação: -----

«Acesso gratuito ou com desconto nas atividades culturais, recreativas e desportivas cuja organização esteja a cargo da Câmara Municipal de Odivelas ou da Municpália, EM.» -----

Documento nº 3 Voto de Condenação “Lampedusa – o Genocídio de imigrantes” que seguidamente se transcreve; -----

“Enquanto os dirigentes do governo italiano (e da União) vão mostrando, à imprensa, o seu ar pesaroso pelas mortes e concedem a nacionalidade italiana aos que faleceram, sim aos que morreram assassinados pelas políticas de Imigração da UE (será que a centena de corpos ainda no fundo do mar também vão ser abrangidos ?), os que conseguiram sobreviver estavam a ser acusados de um delito de Imigração Ilegal (multa a té 5.000 euros e expulsão do país). -----

Esta atitude condensa tudo o que de vergonhoso, criminoso e perverso existe na política de imigração europeia... Os mortos (iria ser difícil cobrar os cinco mil euros) com nacionalidade que dificilmente conseguiriam se têm chegado à Europa. Os vivos criminalizados! -----

Quantos destes “iates” da Marinha Italiana ou agora do FRONTEX, nos seus “cruzeiros” pelo Mediterrâneo e Atlântico Norte, não têm servido para abalroar estas frágeis embarcações e esconder estes crimes até que apareçam à tona de água (como aconteceu num Natal nas vésperas da abertura do Ano Europeu contra o Racismo) anos mais tarde sem que ninguém se preocupe? Uma centena de mortos?... -----

6 sírios (Lampedusa, 11/8/2013), mais de 50 sírios e iraquianos (Turquia, 7/9/2012), várias dezenas (Abril/2012) entre as quais a atleta somali que queria correr nos Jogos de Londres), ou mesmo os 11 que pereceram no dia anterior a este massacre, os mais de 20.000 que se estima que desapareceram nas águas do Mediterrâneo... todas e todos estes foram morrendo a “prestações”, sem atingirem aquela quota que “obriga” à hipocrisia, que provoca a dor fingida e a vergonha. Mas, enquanto estas várias centenas de seres humanos tentavam lutar contra uma morte quase certa, a apenas meia milha da Ilha, a Guarda Costeira e a Guarda de Finanças demoraram mais de 2 horas a prestar a ajuda que já algumas embarcações faziam...”quando chegávamos ao porto com o barco cheio de náufragos, saiam as embarcações dessas polícias” acusava um habitante local à imprensa. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

Perante isto qual a resposta das autoridades? -----

Falar em mais euros que tinham sido sonegados nos orçamentos de anos anteriores. E com que objetivos? "Combater" as máfias do tráfico de seres humanos. Como se não estivesse a UE e as polícias dos países europeus fartos de saber que, quanto mais dinheiro gastarem a "melhorar" os mecanismos de repressão, mais essas máfias lucram e mais mortos terão que chorar ou continuar a esconder! -----

Mas as leis que a UE tem aprovado só têm servido para promover a imigração sem documentos, alimentado as redes de tráfico de trabalhadores indocumentados e os fluxos nunca serão regulados por elas e sim pelo mercado, como todas e todos sabemos. Estas redes têm demonstrado saber aproveitar bem a legislação que vem sendo aprovada por essa Europa fora. -----

A Europa tem estado mais interessada em: -----

1 – "fabricar" imigrantes; -----

2 – deixar entrar os "cérebros" (já nem cérebro temos que chegue?) ; -----

3 – poder afirmar que gostaria muito de ajudar o desenvolvimento dos países terceiros mas depois dificilmente conseguiríamos "obrigar" os cérebros a vir para as nossas empresas e projetos? -----

Por isso continuaremos a manter a exploração desenfreada das matérias-primas, continuaremos a apoiar os ditadores, mesmo que gritemos contra eles e digamos pugnar por regimes democráticos, enquanto quer uns quer outros nos continuem a deixar ir buscar o ouro, petróleo, crómio, bauxite, diamantes, gás natural, o peixe, a madeira, o titânio, os fosfatos, o carvão a mão-de-obra barata e os "cérebros" ao preço da uva mijona; -----

4 – continuar a fechar os olhos aos "deslizes" no que aos direitos humanos diga respeito: -----

5 – continuar a fingir que luta contra o tráfico de crianças, de armas e que luta contra a prostituição; -----

6 – continuar a fechar os olhos às experiências assassinas da indústria farmacêutica e a ameaçar os países que procuram desenvolver medicinas e medicamentos muito mais baratos que permitiriam salvar centenas de milhares de vidas; -----

7 – continuar a enviar "solidariamente" alimentos e medicamentos talvez ainda dentro do prazo de validade. -----

É esta Europa que muito rapidamente se irá esquecer do que "sentiu" perante esta tragédia, para se lembrar na próxima, e voltar a esquecer ainda mais depressa. -----

UE ameaça processo contra Itália após "imagens chocantes" de Lampedusa. As imagens de imigrantes a serem desinfetados nus, em público, causaram indignação. Itália prometeu investigar e Bruxelas ameaçou punir, "para ter a certeza de que os padrões europeus são mesmo cumpridos" ("Público"-19/12/2013). -----

Mais uma vez a hipocrisia a vir ao de cima. Em todos os centros de internamento/Campos de concentração de toda a Europa e não só, as e os imigrantes vão sendo tratados desta forma humilhante, onde agressões, torturas, violações vêm sendo cometidas na mais completa impunidade e conluio das autoridades destes países. O que é "aborrecido" é quando elas são expostas aos olhos de todas e todos. E aí salta a irresponsabilidade do principal organismo, a UE, que ameaça a Itália, mas vai pagando para que se



Assembleia Municipal de Odivelas

P
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

construam cada vez mais campos mas cada vez menos na Europa e sim nos países “exportadores” de imigrantes... -----

Uma Europa que tem sido obrigada a fechar centros como Sangate norte de França, ou em Málaga e onde as condições nos centros dos outros países tem levado à morte de muitas e muitos aqueles que procuram melhores condições de vida ou mesmo salvar a própria vida e que vão sendo chacinados ou às suas portas ou mesmo dentro delas às mãos criminosas nazis, de políticas populistas ou “democráticas” de obter ganhos eleitorais através do medo, do racismo e da xenofobia, e completamente afastadas dos Direitos Humanos que vai apregoando aos sete ventos. -----

A questão é de saber se as fronteiras terão de estar abertas para todos ou apenas e só para aquelas e aqueles que poderão entrar com milhões de euros no bolso. ou dentro de um CAIXÃO? -----

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida a 30 de Dezembro de 2013, decide condenar esta política da UE que se tem mostrado criminosa e pugnar por uma verdadeira defesa dos Direitos Humanos para todas e todos sejam elas e eles apátridas, refugiadas, imigrantes ou autóctones. -----

Documento nº 4 Moção “Solidariedade com os profissionais da Linha Saúde 24”, que seguidamente se transcreve; -----

“Tendo em conta: -----

1. Que a precarização do trabalho é um dos eixos centrais da política da troika e do governo, com reflexo direto na redução de salários e no desequilíbrio das relações laborais. Esta precarização é hoje um fenómeno transversal – atinge todo o tipo de trabalhadores e trabalhadoras, de todas as idades, desde os mais qualificados aos que tiveram menos oportunidades; -----
2. Que as mais recentes alterações ao Código do Trabalho têm acelerado este processo de precarização, implicando uma transferência direta dos rendimentos do trabalho para o capital; -----
3. Que a Linha Saúde 24 tem uma abrangência geográfica alargada, incluindo utentes do concelho de Odivelas, sendo este serviço garantido por mais de quatro dezenas de enfermeiros (dos quais uma parte significativa trabalha há mais de dez anos a falsos recibos verdes); -----
4. Que, recentemente, a Administração da Linha Saúde 24 propôs uma alteração aos contratos de trabalho, a qual levaria a uma redução de 20% no salário base e das remunerações especiais, nos serviços diurno e noturno; -----
5. As denúncias de frequentes ameaças de despedimento a que foram sujeitos os enfermeiros, depois de terem recusado a alteração ao seu contrato de trabalho. -----

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em sessão plenária em 30 de Dezembro de 2013, delibera: ---

1. Manifestar total solidariedade com os profissionais da Linha Saúde 24; -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signature and initials)

2. Exigir ao Ministério da Saúde que faça cumprir a Lei e que os enfermeiros tenham condições de trabalho, contratuais e salariais, que correspondam à responsabilidade das tarefas desempenhadas.” -----

Documento nº 5 Moção “Palestina – Quinto Aniversário da Operação “Chumbo Fundido”, que seguidamente se transcreve; -----

“Cidade de Gaza, 27 de Dezembro de 2008. É um sábado e pouco falta para o meio-dia. As crianças regressam da escola e as ruas estão repletas de pessoas. Poucos minutos mais tarde, mais de 200 estarão mortas e cerca de sete centenas estarão feridas. Israel acaba de desencadear o seu covarde ataque que batiza de “Operação Chumbo Fundido”. Dezenas de caças F-16, helicópteros Apache e veículos aéreos não tripulados bombardeiam, em simultâneo, mais de uma centena de locais em toda a Faixa de Gaza. Nos dias seguintes, continuam os bombardeamentos, culminando numa invasão terrestre em 3 de Janeiro de 2009. Quando termina a operação, em 18 de Janeiro, debaixo de forte pressão internacional e dois dias antes da tomada de posse de Barack Obama, deixa mais de 1400 mortos palestinos – entre os quais 138 crianças – e um enorme rasto de destruição que paralisa a vida de Gaza. -----

A operação foi cuidadosamente planeada ao longo de meses e as vítimas civis não são “danos colaterais”. São uma consequência da política de terror (doutrina Dahiya) que Israel tinha testado no Líbano em 2006 e que visa provocar o grau máximo de destruição e de sofrimento nas populações para as levar a revoltar-se contra os seus governantes. A população de Gaza estava ser punida por, em eleições internacionalmente reconhecidas como livres e democráticas, ter dado ao seu voto aos candidatos errados, na ótica de Israel e seus aliados. -----

Inquéritos conduzidos por investigadores internacionais isentos reunirem evidência de que Israel cometeu inúmeros crimes de guerra durante a “Operação Chumbo Fundido”. Estão documentados, nomeadamente, os massacres das famílias Samouni e Al-Daya, o assassinato de portadores de bandeiras brancas, a utilização de bombas incendiárias de fósforo branco em áreas populacionais, a interdição de prestação de socorro a vítimas. -----

A “Operação Chumbo Fundido” chocou o mundo civilizado pela sua dimensão e brutalidade. Mas não podemos esquecer que, no prosseguimento da sua política de limpeza étnica da população palestina, que vem pondo em prática desde a sua -----

fundação em 1948, o Estado de Israel, todos os dias, em maior ou menor escala, leva a cabo agressões contra palestinianos, cerceando-lhes direitos humanos fundamentais, inviabilizando a constituição do Estado Palestino com total desrespeito pelo direito internacional e humanitário. -----

É prova disso o que, ainda neste mês de dezembro, Israel fez: abriu as barragens da represa a leste da faixa de Gaza, inundando toda a zona próxima de Deir Balah, nomeadamente vários bairros residenciais, As



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signature and initials)

autoridades da faixa de Gaza apelaram aos habitantes do « Vale de Gaza » (Wadi Gaza) no centro da região, para evacuarem as suas casas. O grande campo de refugiados e a cidade de Deir Al Balah foram particularmente abrangidos. -----

A faixa de Gaza, que já se encontrava numa situação de emergência por causa de uma tempestade histórica no Médio Oriente e do bloqueio que lhe é imposto, vê-se mergulhada numa catástrofe ainda maior com esta medida horrenda de Israel. -----

Parece aliás que é para o seu próprio conforto que as autoridades israelitas abriram as comportas no Wadi Gaza, um curso de água que nasce na Cisjordânia, perto de Hebron, e flui para o Mediterrâneo, passando por Israel. -----

Para as suas necessidades e em detrimento das necessidades da faixa de Gaza, os israelitas apoderam-se na maioria dos casos das águas da ribeira, por meio de represas, de modo que o Wadi Gaza fique reduzido a um fio de água poluída quando se aproxima do litoral mediterrânico. Exceto quando há cheias, como nestes últimos dias, onde é o castigo inverso que é imposto aos palestinianos. Desde sexta-feira que os meios de socorro palestinianos não pararam de evacuar os habitantes do centro da faixa de Gaza. Contabilizaram-se mais de 100 feridos. As escolas da ONU acolheram os habitantes que perderam as suas casas. O governo declarou esse domingo dia feriado. -----

O estado de emergência foi declarado em todos os hospitais. As escolas e universidades tiveram que fechar. Corte total de electricidade na cidade. Centenas de casas destruídas. Milhares de pessoas que já não tinham comida nem água potável foram evacuadas. Uma menina morreu em Khan Younes. FGotos e texto original em: <http://www.europalestine.com/spip.php?article8867&lang=fr> Solidariedade Internacional ---

Ao mesmo tempo, a nível internacional a solidariedade com o povo palestino continua. -----

1 - O BNC, Comité Nacional BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções), a maior coligação da sociedade civil palestiniana, felicita a Vitens, a mais importante fornecedora de água dos Países Baixos, pela sua decisão, ditada pelo seu respeito do direito internacional, de por termo ao acordo de cooperação com a empresa nacional de água de Israel, a Mekorot. O BNC também saúda o ministério dos Negócios Estrangeiros, que informou a Vitens sobre a cooperação com os colonatos israelitas ilegais e que de uma forma geral tem dissuadido as transações financeiras com eles. O BNC agradece a Lilianne Ploumen, ministra do Comércio Externo e da Cooperação no Desenvolvimento, que soube ouvir o apelo de organizações palestinianas para que fosse cancelado, durante a recente visita de uma delegação comercial holandesa a Israel, um encontro com a Mekorot, por causa do seu envolvimento ativo na política de colonização de Israel. -----

A Mekorot viola o direito internacional e é responsável por crimes de guerra, nomeadamente a pilhagem dos recursos de água nos territórios palestinianos ocupados (TPO), o fornecimento dessa água roubada aos colonatos israelitas ilegais, a discriminação sistemática e a negação dessa água à população palestiniana ocupada. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

O BNC apela aos governos, municipalidades e empresas privadas de todo o mundo para que sigam o exemplo do governo holandês e da Vitens e desencorajem os negócios com os colonatos israelitas ilegais, evitando ou rompendo qualquer cooperação com empresas israelitas cúmplices, como a Mekorot. -----

Relativamente à atual pressão israelita sobre a Vitens para que esta volte atrás sobre a sua decisão, argumentando que a Autoridade Palestiniana tem mantido as suas ligações com a Mekorot, é importante esclarecer que os palestinianos não controlam os vastos aquíferos subterrâneos da Cisjordânia ocupada. Esse controlo é monopolizado por Israel, através da Mekorot e do exército israelita, que trabalham em estreita colaboração como instrumentos do regime israelita, de ocupação colonialista e de apartheid. -----

A anexação de facto dos aquíferos por Israel tem retirado aos palestinianos a capacidade de usarem os seus próprios recursos de água para o desenvolvimento do seu país. No total, Israel – através da Mekorot – captura perto de 90% da produção anual do lençol freático de montanha da Cisjordânia em proveito dos colonatos ilegais e das cidades situadas dentro de Israel, deixando a população palestiniana com umas gotas de água bem abaixo das normas da Organização Mundial da Saúde. -----

A Mekorot também se aproveita do seu monopólio sobre a água roubada: os palestinianos são forçados a comprar a escassa água comercializada pela Mekorot e a sujeitar-se às ameaças constantes de aumento dos preços. Para além disso, a Mekorot tem um papel relevante no tratamento das águas usadas das cidades palestinianas, cobrando milhões aos palestinianos, para em seguida fornecer (gratuitamente) a água tratada aos agricultores israelitas, em vez de a devolver aos palestinianos para ser reutilizada. -----

Os fornecimentos de água ilimitados e subsidiados da Mekorot aos colonatos israelitas ilegais nos TPO e às comunidades em Israel contribuem essencialmente para a produtividade da agricultura israelita nas duas zonas. A produção agrícola tanto dos colonatos dos TPO como das fazendas em Israel beneficia do roubo da água palestiniana pela Mekorot e é regularmente exportada para os mercados estrangeiros, sobretudo europeus. -----

Estas práticas da Mekorot dizimaram a economia palestiniana nos TPO, em particular o sector agrícola. Empurraram milhares de famílias palestinianas para a pobreza, enquanto que a recusa deliberada de água também contribuiu para a limpeza étnica dos palestinianos em certas zonas. -----

A “cooperação” entre a Autoridade Palestiniana e a Mekorot referida pelos propagandistas israelitas é portanto uma relação de coação que serve o domínio israelita e a colonização dos TPO e leva à dependência palestiniana. A cooperação económica internacional com a Mekorot ajuda a manter esta situação ilegal e significa cumplicidade com os crimes de guerra israelitas de pilhagem dos recursos de água palestinianos e de transferência forçada da população pela política de colonização ilegal na Cisjordânia ocupada, incluindo Jerusalém oriental. -----

Internacionalmente, a Mekorot autopromove-se como uma perita em conservação e uso da água e ajuda a perpetuar o mito de Israel como sendo o pioneiro “que faz florir o deserto”. Na realidade, porém, os centros de população israelita e palestiniana estão situados em zonas ricas em recursos naturais de água. Israel



Assembleia Municipal de Odivelas

explora falsas representações do Médio Oriente e esconde o facto de que chove mais em Telavive, ou até na cidade palestina ocupada de Ramallah, do que na "chuvosa" Londres. Em segundo lugar, a imagem de Israel enquanto conservadora de água revela-se um mito, por exemplo, pelo seu uso excessivo de água, muitas vezes superior ao dos níveis europeus; as suas práticas agrícolas insustentáveis; e a sua destruição da herança hidráulica da Palestina histórica, desde a drenagem do Vale de Hula até à redução progressiva, por meios humanos, do Mar Morto.[A maioria dos contratos que a Mekorot está actualmente a procurar no estrangeiro explora esse mito como argumento comercial e esconde os crimes da empresa contra o povo palestino e o meio ambiente. -----

O BNC saúda a Vitens por ter tomado a decisão de cortar as suas ligações com a Mekorot e o governo holandês por ter fornecido o dispositivo legal apropriado. O BNC apela às entidades públicas e aos negócios em todo o mundo, incluindo entre outros a empresa nacional das águas portuguesa EPAL, a cidade de Akron (Ohio), o Estado de Utar Pradesh na Índia e os governos na América do Sul, em particular o Brasil e a Argentina, para que tomem medidas e se abstenham de cooperar ou ponham fim à cooperação com a Mekorot. -----

O BNC apela em particular aos governos para que sigam o exemplo do governo holandês e desencorajem ativamente as ligações comerciais com a atividade israelita de colonização nos TPO como um passo para acabar com a ocupação, a colonização e o apartheid israelitas contra o povo palestino. -----

Para mais informações: <http://www.bdsmovement.net/2013/dutch-water-company-terminates-relationship-mekorot-government-advice-11502#sthash.HDfr94AT.dpuf> -----

2 - Mais uma instituição universitária condena a política israelita de ocupação da Palestina e adere à campanha internacional de boicote e sanções contra o Estado de Israel. -----

Trata-se da American Studies Association, uma das maiores associações estudantis dos Estados Unidos. 66% dos seus membros que participaram no voto manifestaram-se a favor do boicote e reconheceram o papel dos USA na manutenção da política de colonização de Israel. -----

As acusações ferozes de antisemitismo dos defensores da "única democracia do Médio Oriente" não se fizeram esperar, mas eles também estão cada vez mais isolados. -----

Sobre a democracia israelita, diz o antigo diretor do Congresso Judaico Americano, Henry Siegman, "ela não pode existir paralelamente a uma ocupação destruidora, que é uma violação de todas as regras democráticas, ao negar a um povo inteiro os seus direitos individuais e nacionais, à confiscação das suas terras, à destruição por bulldozers das suas casas e à expropriação de todo o seu património a leste das fronteiras de 1967". -----

Também a organização americana Jewish Voice for Peace declarou que "com esta adesão, os membros da ASA votaram para responsabilizar as instituições israelitas pela sua participação nas violações dos direitos humanos, apontando as políticas de Israel que limitam gravemente a liberdade académica dos palestinos nos territórios ocupados e dentro de Israel. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signature and initials)

Nota: - A partir de documentos do Comité Palestina e MPPM (Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente) -----

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida a 30 de Dezembro de 2013, não esquecendo os acontecimentos ocorridos há 5 anos nem os atentados aos Direitos Humanos que, ainda hoje, continuam a ser perpetrados contra o Povo palestino, decide: -----

- Solidarizar-se com o Povo Palestino; -----

- Condenar Israel pela continuação da violação dos Direitos Humanos na Palestina." -----

Documento nº 6 Recomendação "Pela Assinatura de um acordo coletivo de trabalho que garanta as 35h de trabalho semanal na autarquia de Odivelas" que seguidamente se transcreve; -----

"Considerando que: -----

6. A lei que prevê o aumento do horário de trabalho normal das 35h para as 40h semanais na administração pública foi considerado constitucional, mas pode não aplicar-se caso existam contratos coletivos de trabalho que estipulem outro horário; -----

7. O Conselho Metropolitano da Área Metropolitana de Lisboa aprovou uma moção que recomenda que o "Governo a homologar os acordos livremente estabelecidos entre os municípios e os representantes dos trabalhadores"; -----

8. A grande maioria das câmaras municipais (190 das 308) está a manter o horário de trabalho nas 35h semanais de trabalho, através desse tipo de acordos coletivos; por força das providências cautelares interpostas; -----

9. Na área da grande Lisboa municípios como Lisboa (maioria PS), Loures (maioria CDU-PSD) ou Cascais (maioria PSD-CDS) assinaram um acordo coletivo de trabalho que permite manter as 35h de trabalho semanal; -----

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em sessão plenária em 30 de Dezembro de 2013, recomenda ao executivo que prossiga a negociação em curso de um acordo coletivo de trabalho, com os sindicatos representantes dos trabalhadores do município, que preveja as 35h semanais como período normal de trabalho, com a maior brevidade possível." -----

No âmbito do PAOD, Usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal -----

Eduarda Barros pela bancada do PS, -----

Pelas 14h50, os trabalhos foram interrompidos. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signature and initials)

Pelas **15h15** os trabalhos foram retomados os trabalhos, -----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

João Curvêlo, pela bancada do **BE**, fez uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

"Dar nota de duas alterações à Proposta de Recomendação que passou a N°6: a primeira por sugestão da CDU, no ponto 3 acrescentar a 35h semanais de trabalho por força das providencias cautelares interpostas, creio que é isto e a segunda na parte deliberativa, uma mistura de sugestão do PS e da CDU, sai a parte que é proposta pelo Bloco de Esquerda em que o PS propôs suprimir o ponto 5 e que aceitamos, e a CDU pretende recomenda a Câmara Municipal de Odivelas que prossiga a negociação com maior brevidade possível incorporando a proposta da CDU." -----

Edgar Valles, pela bancada do **PS** -----

José Falcão, pela bancada do **BE**, fez uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

"Portanto vejam bem e o Edgar ainda se lembra que a nossa posição, não havia ainda BE, era a minha posição e da minha associação SOS Racismo. Mas a nossa posição era e sempre foi por isto: ou seja a defesa das fronteiras abertas." -----

O problema é a hipocrisia que toda a Europa tem. Há vinte e dois anos a política da Europa era de fronteiras fechadas, não era de "de vez em quando deixar entrar"! Era mesmo de fronteiras fechadas." -----

E, no entanto, durante esse período, entraram vinte milhões de pessoas, porque era preciso a Europa explorar a mão-de-obra ilegal durante algum tempo e mesmo depois continuar com essa subexploração tendo em conta a precariedade com que essas pessoas se encontravam na Europa." -----

É mentira a história de invasão! Nunca houve nenhuma invasão por exemplo em Inglaterra (pois todos os habitantes dos países pertencentes à comunidade de língua inglesa podiam entrar sem problemas), invasão só agora a dos Portugueses!" -----

Entretanto os empresários Portugueses queixam-se que não têm mão-de-obra, "é uma chatice e estão muito aborrecidos", inclusive quando foi a questão das cotas, disseram, "não cuidado, vejam lá isso das cotas porque precisamos de mão-de-obra". Pois é, quando precisamos. Queremos que entrem." -----

É aqui que entram os direitos humanos e o que está aqui presente é a questão dos direitos humanos -----

Hipocrisia de uma europa que mata que genocida pessoas, mas que precisa delas apesar de tudo, mas sem direitos." -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

Sobre a questão do Povo Palestino, o que está escrito aqui é claro. Não é um problema de bons e maus, aqui o que diz a moção é: podemos não gostar do que está escrito antes, mas isso são factos, mas outra coisa é solidarizar-se com o Povo Palestino e os direitos humanos da Palestina.” -----

Presidente da União de Freguesias Ramada/Caneças, **Ilídio Ferreira** pela bancada da **CDU** fez uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

*“Sobre o que foi argumentado da Lampedusa tenho a dizer o seguinte: isto assentar em questões económicas as questões humanas e a integridade da pessoa humana, choca-me sempre. Um Povo como o nosso que está por todo o Mundo, em todo o canto do Mundo, uns com e outros sem passaporte. -----
Fomos nós que não admitimos existência de fronteiras e por isso fizemos as descobertas que fizemos, temos problemas com a evasão por questões económicas e andamos a mendigar, por exemplo, com os chineses a pôr cá o dinheiro deles. Nós queremos quem tem dinheiro, mas não pessoas, são argumentos que a mim pessoalmente me chocam, por isso é que vim cá pessoalmente dizer que me choca. -----
Dizer que estou de acordo com a moção, porque tem um conteúdo do qual estou de acordo, mas não estou absolutamente de acordo com o que é dito sobre o argumento, de que o que seria se não houvesse controlo. Então quem foi que defendeu a circulação, não foi a Europa? E até assinaram um tratado. -----
O dinheiro está acima da pessoa humana? -----
O que está a acontecer na Lampedusa é um drama tal e quem não se choca, tem o seu direito, mas podem dizer agora a seguir e como foi dito uns destes dias, que é demagogia, mas é assim que se começa cortando, cortando, direitos à pessoa humana, que se instala um posto quando os direitos da pessoa humana são reprimidos e até exaltados o que vai acontecer é o oposto. Sou contra o oposto.”* -----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS** -----

O Doc. Nº 1, foi colocada à **votação** tendo sido **Aprovada por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do PS, CDU e BE e com os votos contra do PSD -----

O doc Nº 3 “, foi colocado à **votação** tendo sido aprovado por **Maioria**, com os votos a favor do BE, CDU e 12 Deputados do PS e com os votos contra PSD e dos deputados em nome individual, de Edgar Valles, Eduarda Barros, Presidente da União das Freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival de Basto, Rogério Breia, Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, Nuno Gaudêncio e António Ramos -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signature and initials)

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Lúcia Lemos e José Falcão, e Sérgio Saruga**, das bancadas da CDU e BE e PSD respetivamente **foram** apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem:-----

Lúcia Lemos -----

"Em relação a este voto de condenação, acompanhámos favoravelmente a votação independentemente das considerações que se possam fazer, de concordar mais ou menos com considerandos, a verdade é que hoje a Europa é o espaço em que as fronteiras são a hipocrisia, uma europa que precisa de mão-de-obra, uma Europa que convida e abre as fronteiras para os capitais, uma Europa que se quer rica e de bem-estar com os acordos que fez com os EUA na Organização Mundial do Comércio, abrindo todo o seu espaço para o capital e para que os europeus baixassem a sua qualidade de vida e agora não querem aceitar quem quer melhorar a sua qualidade de vida. Na verdade os receios, na verdade os receios de que Portugal venha a ser o destino, mas os receios são infundados porque como se viu Portugal é apenas uma zona de passagem, o que eles pretendem são os Países do centro da Europa muito mais ricos, por isso votámos favoravelmente." -----

José Falcão -----

"O BE vota favoravelmente não só porque a apresentou a moção mas também porque acha importante revelar a hipocrisia da Europa, aproveitar as imagens que nós vimos os dirigentes europeus a chorar lágrimas de crocodilo, vejam o filme terra firme, vê-se uma criança a bater nas mãos dos imigrantes que estão a morrer no mar, o direito de salvar pessoas que estão a morrer a europa não deixa fazê-lo, é esta a Europa que defende os direitos humanos? Quem mata não é aquele miúdo, mas sim as leis que o obrigam a fazê-lo e isso é bastante mais grave e isto acontece todos os dias ficamos muito chocados, mas só vimos isto agora, nos últimos anos mais de dez mil pessoas morreram no mediterrâneo, no atlântico, no deserto do saara e outros sítios, na exportação das fronteiras, falamos das nossas fronteiras, mas exportamo-las nós, pagamo-las nós com os nossos impostos, para que sejam os povos africanos a fazer o trabalho sujo que a europa não quer fazer, porque aqui há democracia, há direitos humanos os maus da fita são os outros, e escandaloso, matamos pessoas e fingimos que não sabemos nada." -----

Sérgio Saruga -----

*"A bancada do PSD votou contra, por entender que o tipo de linguagem utilizada no texto é perfeitamente despropositada, começando logo pelo seu título "Lampedusa – o genocídio de imigrantes". -----
No entanto, a bancada do PSD está igualmente preocupada com este flagelo, mas chamar a União Europeia de criminosa, da qual Portugal é seu membro parece-nos de facto extremamente exagerado". -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

O Doc. Nº 4, foi colocada à **votação** tendo sido **Aprovada por Maioria** com os votos a favor das bancadas do PS, CDU e BE abstenção do PSD -----

O Doc. Nº 5 foi colocado à **votação** tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do BE CDU e PS e com os votos contra em nome individual de Eduarda Barros, Edgar Valles e as abstenções em nome individual do Sr. Presidente da União de Freguesias da Póvoa de Stº Adrião/Olival Basto, Rogério Breia, António Ramos e Isabel Coelho e a abstenção da bancada do PSD -----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **José Falcão** da bancada do **BE** foi apresentada uma declaração de voto que seguidamente se transcreve; -----

José Falcão -----

"Mais uma vez o nosso voto é favorável, mas sobretudo para mostrar a hipocrisia das pessoas que defendem os direitos humanos e que depois votam contra quando eles são praticados, quando são os nossos amigos a praticar os atos nós deixamos passar, mas não podemos deixar passar as violações dos direitos humanos, é preciso perceber que o direito de pensar pela nossa cabeça é muito importante e pensar que os direitos humanos que são violados têm que ser condenados e era muito bom que começassemos a pensar nisto." -----

Luis Salmonete, pela **bancada do PSD**, colocou uma questão através do Sr. Presidente da Assembleia à Câmara Municipal -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr. Vereador Paulo César Teixeira** para prestar os devidos esclarecimentos-----

O Doc. Nº 6 foi colocada à **votação** tendo sido aprovado por **unanimidade** -----

José Falcão pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

"Mais uma vez e não foi por acaso que nós resolvemos a pensar a proposta votada em Novembro, para lembrar às pessoas de que afinal nós nessa altura tínhamos razão e afinal as 35 horas podiam continuar a manter-se no Município, ainda bem que a Câmara resolveu e também o que tem dado na imprensa sobre isto e o que as Câmaras sobre este assunto fizeram, ainda bem que existe esta hipótese de discussão. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

Mas é preciso saber e foi isso que dissemos na altura e eramos acusados de estar a crer que esta Câmara comete-se ilegalidades, lembrar que a luta pelos direitos das pessoas é feita mesmo quando pensemos e tenhamos dúvidas sobre a legalidade ou não deste processo."-----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS** -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr. Vereador Paulo César Teixeira** para prestar os devidos esclarecimentos.-----

Usaram da palavra os Membros da Assembleia Municipal -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, fez um requerimento para o pedido do plano de reestruturação da Municipália, que seguidamente se transcreve; -----

"Está aqui no Jornal de Odivelas e trás uma notícia que para mim foi uma surpresa e penso que se calhar para alguns dos presentes, que tem a ver com a deliberação da Câmara a 20 de Dezembro, relativamente á Municipália e á retirada dos bares e multiusos fora da Municipália. A notícia descreve mais ou menos o que se passou, mas sinceramente quem a lê não fica devidamente elucidado. Gostaria de perguntar se o Sr. Vereador Paulo César nos pode explicar o que é que vai então acontecer com os bares, com o Multiusos, qual é a intervenção da Câmara e como é que fica a situação dos trabalhadores da Malaposta."-----

José Carlos Pires, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

*"Gostaria de perguntar qual é a posição da Câmara a um corte de uma via pública, Rua D. Sancho II que há quatro anos foi ocupada por uma moradora e que não permite que as pessoas que moram nessa rua possam passar. Por azar dessas pessoas abateu á três ou quatro dias como é do conhecimento do Sr. Vereador e já lá estive a Proteção Civil. -----
Quería saber quando é que a Câmara pretende fazer em termos da ocupação ilegal da Rua D. Sancho II."*-----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr. Vereador Paulo César Teixeira** para prestar os devidos esclarecimentos -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU** -----

Presidente da União de Freguesias Ramada/Caneças, Ilídio Ferreira pela bancada da **CDU** -----

António Ramos, pela bancada do **PS** -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signature and initials)

Eduarda Barros, pela bancada do **PS** -----

Armindo Fernandes, pela bancada da **CDU** -----

Após este período, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu início à discussão dos Pontos integrados na Ordem do Dia. -----

Ponto 1 – Debate sobre a Atividade e situação Financeira do Município. -----

Presente para apreciação a “Informação Escrita sobre a Atividade e situação Financeira do Município”, remetida pela Senhora Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, nos termos da alínea e) do nº1 do art.º 53 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com alterações introduzidas pela Lei n.º 5 - A/2002, de 11 de Janeiro e que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião -----

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Sr. Vereador Paulo César Teixeira** para apresentação do referido ponto -----

No âmbito da discussão do ponto usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

“Como é habitual temos em nosso poder a informação, mas infelizmente não está atualizada pois refere-se unicamente ao período que decorre entre 16 de Agosto e 15 de Outubro, ou seja, hoje é dia 30 de Dezembro e estamos a analisar uma informação que tem mais de dois meses. -----

Mesmo que a tivéssemos analisado no dia 23 de dezembro teria sido a mesma coisa. -----

Não sabemos quais foram os desenvolvimentos que decorreram desde então nomeadamente em termos financeiros. -----

Se a informação é a compilação da atividade das várias unidades orgânicas, pensamos que deveria haver um esforço no sentido de estar mais atualizada para se ter uma noção mais exata, tanto da atividade como da situação financeira. -----

Como também é habitual nas nossas intervenções vamos solicitar alguns esclarecimentos e solicitar alguns documentos que já pedimos anteriormente e vamos começar com: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

1 – A primeira questão tem a ver com um pedido que eu fiz na assembleia municipal do passado dia 20 de Junho de 2013, que se realizou para debater o Estado do Município. -----

Nessa assembleia solicitei à senhora presidente o power-Point que serviu de apresentação. Recebi uma resposta afirmativa, mas O power-Point não apareceu. -----

Dia 19 de Setembro de 2013 voltei a insistir, mas nada recebi. -----

2 – A segunda questão é a seguinte: Dia 19 de setembro a bancada do PSD solicitou os seguintes documentos relativos ao PDM: -----

- Planta de Ordenamento – Usos do Solo; -----

- Planta de Condicionantes – Servidões Administrativos e Restrições de Utilidade Pública; -----

- Planta da Estrutura Ecológica Municipal; -----

- Carta de Ocupação do Solo (atualizada); -----

- Carta de Compromissos (atualizada). -----

Até agora nada foi recebido e já decorreram algumas assembleias municipais. -----

Hoje, dia 30 de Dezembro de 2013, voltamos a pedir estes documentos. -----

3 – A terceira questão em a ver com a informação e a ordenação da informação que temos em nosso poder. Toda a informação disponível relativa ao PDM é confusa e está dispersa por várias rubricas, senão vejamos: -----

Página 42: **Plano Diretor Municipal, Projetos especiais e energia** – Está tudo misturado e quem não tem muita experiência, mas se interessa, tem manifesta dificuldade em separar aquilo que faz parte das peças do PDM das outras. -----

Página 43: **Elaboração do PDM de Odivelas.** -----

Página 43: **Gestão do PDM em vigor.** -----

Página 43: **Outros** – Elaboração de mapas para auxílio à CCDRLVT no âmbito da aplicação da metodologia proposta para o ecossistema “Perda de Solo por Erosão Hídrica”, pelas orientações estratégicas (Já agora gostaríamos de saber se existe alguma carta no âmbito do PDM relativa aos recursos hídricos no subsolo).

A chamada de atenção é no sentido de saber se é possível ser feito um esforço no sentido de serem englobados todos os assuntos relativos ao PDM na informação presente à Assembleia Municipal porque isso iria tornar mais fácil a compreensão por parte dos deputados municipais, não só do PSD, mas também pelas restantes bancadas. -----

4 – Este último ponto tem a ver com um pedido que eu fiz na penúltima Assembleia Municipal ao senhor vice-presidente e que agora volto a fazer ao senhor presidente em exercício e que tem a ver com a autorização genérica que a Assembleia aprovou na reunião do passado dia 19 de dezembro. -----

O que eu pedi e volto a pedir é que nos contratos de serviço em regime de avença que envolvam pessoas ou firmas o nome das mesmas venha mencionado na informação que é dada à Assembleia Municipal ao abrigo da autorização genérica, porque já aconteceu nalguns casos não vir mencionado. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

*Relativamente à situação financeira não faz sentido falar devido à desatualização da mesma. -----
Para já é tudo."-----*

Armindo Fernandes, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; ----

"Colocar aqui algumas perguntas que a mim me causam algum problema, é a falta de informação sobre os bloqueadores que estavam a ser colocados junto ao Sr. Roubado e a máquina está por lá parada, não sabemos a que custa será imputada àquela máquina ou a quem é que ela pertence. -----

Outra questão é a Escola Mário Madeira, falta-lhe um telheiro que foi prometido aos pais a algum tempo e nunca mais vem. -----

Ainda queria referir também um ponto que já foi aqui abordado, sobre a questão da Rua do Borracheiro. Aquilo foi um trabalho mal executado, digamos assim, ou melhor, não foi mal executado, foi bem relatado pela PSP e pela Proteção Civil, mas depois não teve o tratamento necessário para resolver o problema ao indigente que lá está à chuva e ao frio, naquela situação. Aquilo só com uma máquina é que se consegue lá ir colocar a cobertura e a informação que tenho dos trabalhadores é que eles sozinhos não conseguem lá ir acima, porque aquilo desmorona-se tudo, portanto tem que ser com uma máquina e a máquina naturalmente e o relatório deveria ter dito e é fácil talvez conseguir-se arranjar uma máquina para lá ir pôr uma cobertura, mas não é aquela que lá está no chão, porque não está em condições de ir lá para cima. Isso é trabalho desnecessário. -----

Outra questão que também vi na informação é referente à Rua das Ribeiras em Caneças, está em fase de compromisso. Mas em compromisso está à um ano e a estrada continua intransitável e naturalmente as pessoas que me moram lá e que não conseguem levar o carro para casa, continuam a não compreender esta situação. Ninguém compreende! -----

Também não compreendem que uma situação que se vem repetindo há meses no centro da Vila de Caneças, no cruzamento da Praça Manuel de Arriaga com a Rua João Brás de Oliveira, uma imensa cratera no centro da via onde passam os autocarros e os ligeiros. O mesmo pode colocar em causa muitos bens públicos que por ali passam. -----

Outra questão e na linha do que aqui foi dito, pelo Deputado Luís Salmonete é que este documento de informação tem que ser palpável e que seja informação de projetos de obras e que sejam estudos verdadeiros. Agora mencionar visitas, reuniões e entulhos, aquilo não é nada e só serve é para baralhar. Creio que a Câmara está a precisar de contratar alguém para otimizar este documento, porque não vem convenientemente instruído para a Assembleia." -----

Edgar Valles, pela bancada do **PS**, -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve;-----

"Uma intervenção e alguns esclarecimentos primeiro ao Sr. Membro da Assembleia Edgar Valles, clarificar o que foi dito é de que foi numa reunião não pública e o que a CDU critica desde sempre é que os pontos mais importantes para a vida do concelho são estrategicamente agendados para reuniões não públicas. A expressão "à porta fechada" não foi utilizada por mim, foi utilizada por o Sr. Vice-Presidente em Exercício lendo um título do jornal ao Sr. Membro da Assembleia António Ramos, que veio aqui dizer que tinha visto e não disse qual era a fonte. -----

O que nós dizemos desde sempre nesta Assembleia e na Câmara: é que as coisas mais importantes para a vida do Concelho deveriam ser agendadas para as reuniões públicas de Câmara e não o são. Estrategicamente tudo aquilo que são os pontos mais importantes são para as reuniões não públicas, logo só quem tem acesso conhece e daí a pergunta que vim aqui fazer e não era retórica, era mesmo para esclarecer a questão da notícia lido no Jornal de Odivelas. -----

Gostava de fazer uma pergunta à Câmara através de vossa Excelência, aqui na análise da despesa até Outubro na rubrica 07 aquisição de bens de capital e aparece-nos uma rubrica de terrenos. Há um valor orçamentado para a despesa de um milhão oitocentos e sessenta e cinco mil e quatrocentos e três cuja a execução está neste momento em dois por cento, trinta e oito mil novecentos e trinta e cinco euros, até Outubro. Gostaríamos de saber se isto é alguma prestação, lembrar-nos de que os terrenos é que se tratam ou se efetivamente entre a última Assembleia e esta já foi aplicada a autorização genérica, o cheque em branco que esta Assembleia votou na última reunião. -----

Gostaríamos de saber que terrenos, onde é que se situam, que execução é esta já que eles não transitaram em de 2011, nem de 2012." -----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS**;-----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve;-----

"É um protesto, porque não é a Deputada Municipal Eduarda Barros que vem decidir o que é que a CDU fica em ata, aliás durante oito anos nós requeremos sempre que todas as nossas intervenções ficassem transcritas em ata e queremos mesmo e que fique aquele que disse que "estrategicamente a Câmara de Odivelas desde 2005, diga-se sob a presidência da Dr. Susana Amador em agendar os pontos mais importantes para as reuniões onde o público não está. Basta olhar as ordens de trabalho e Sr.º Membro da Assembleia, se está desatenta em reação à ordem de trabalhos, digo-lhe que a bancada da CDU está muito atenta e contra factos não há argumentos." -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Eduarda Barros, pela bancada do **PS**,-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

"Só que realçar duas questões: -----

A primeira tem a ver com as respostas que o executivo dá à Assembleia Municipal e que tem um prazo que está no regimento e que é da lei. Esse prazo são 30 dias. -----

A segunda questão tem a ver com a Municpália e o facto das contas não virem à Assembleia Municipal há uns anos. -----

Volto a lembrar que as contas da Municpália não têm de vir à Assembleia Municipal para aprovação mas têm de ser presentes a este órgão para análise pois isso é que consta da lei e a lei neste caso não está a ser cumprida". -----

Edgar Valles, pela bancada do **PS**, -----

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr. Vereador Paulo César Teixeira**, para prestar os respetivos esclarecimentos. -----

Retomada a discussão usaram da palavra os Sr. Membros da Assembleia-----

José Falcão pela bancada do **BE** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"De facto não estava à espera que houvesse tanta desfaçatez sobre esta questão dos requerimentos.-----

Vejam bem: No último dia, apenas no último dia na última Assembleia e apenas depois de ela ter encerrado é que me é entregue um documento de meio A4! -----

A resposta era só de meia folha A4 a dizer que estavam todos os requerimentos, desde 2007, respondidos até àquela altura. -----

Nós há um ano, em Novembro de 2012 tínhamos entregue um documento exaustivo sobre as respostas e não respostas e fomos perguntando ao longo deste ano de 2013 sistematicamente, o que é que acontecia com esse documento!-----

E, no último dia, depois de não podermos falar é entregue um documento que "responde" a tudo e mais alguma coisa. A desfaçatez como uma afirmação como esta que a Câmara só tem dois requerimentos para responder ...-----

Ficou demonstrada a má fé, da forma como fizeram a entrega desse documento quando já não há nada para poder responder." -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, fez um ponto de ordem à mesa, que seguidamente se transcreve; -----

"Nós sabemos que a Câmara encerra o Ponto 1 e portanto estas explicações que o Sr. Presidente em Exercício nos deu, permite-nos ainda discutir o ponto 1 e obviamente que a Câmara tem a última palavra e este ponto de ordem é porque o Sr. Deputado Luís Salmonete veio em salvação da Câmara rapidamente. - O pedido de esclarecimento em relação às explicações, é o seguinte: gostava se possível que me esclarecessem se os trinta e oito mil euros correspondem a dois por cento da execução até Outubro de 2013 ou se é um lapso de inscrição nesta rubrica ou a que é que correspondem, pode não ser nenhuma aquisição mas há-de ser o pagamento de alguma coisa. -----

Um esclarecimento também do Sr. Presidente em Exercício, pareceu-nos quando o Sr. Membro da Assembleia, Armindo Fernandes perguntou sobre uma máquina rebocadora que está estacionada no Parque Egas Moniz, que o Sr. Presidente em Exercício desconhece a existência da máquina e o pedido de esclarecimento é o seguinte: Então está estacionada no parque da Câmara e ninguém sabe de quem é? Está a pagar algum estacionamento? Não é da Câmara, é de algum particular e paga estacionamento ou está lá abusivamente estacionada?" -----

João Curvêlo, pela bancada do **BE**, fez um ponto de ordem à mesa, que seguidamente se transcreve; -----

"Para além dos prazos de resposta não serem cumpridos acompanhamos o Deputado Luís Salmonete e a intervenção que ele fez. -----

O pedido de esclarecimento é porque a intervenção do Presidente em Exercício veio acrescentar dados novos nomeadamente na data da receção por parte da Câmara Municipal dos requerimentos do Bloco. ---- Diz o Sr. Presidente em Exercício que foram recebidos no dia 22 de Novembro e 29 de Novembro e eles foram entregues na Assembleia Municipal no dia 14 de Novembro, uma vez que o ponto 3 do artigo 35 do Regimento diz que o Presidente da Assembleia Municipal nos cinco dias subsequentes à receção dos documentos e nós gostaríamos de requerer ainda nesta Assembleia Municipal o despacho do Sr. Presidente da Assembleia Municipal para a Câmara Municipal." -----

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao Sr. Vereador Paulo César para prestar os respetivos esclarecimentos. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

Ponto 2 - Proposta de Alteração do nome "Cartão Jovem Cidadão" para "Jovem Cidadão" e Subsequente Alteração do Regulamento, Fichas de Adesão e Guia Informático. -----

Presente para deliberação, Proposta de Alteração do nome a "Cartão Jovem Cidadão" para "Jovem Cidadão" e Subsequente Alteração do Regulamento, Fichas de Adesão e Guia Informático. Proposta de Autorização Genérica para a Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal de Odivelas. de acordo com a informação nº Interno/2013/10577 de 2013.11.28, remetida pela Sr.ª Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 3ª Reunião Ordinária do quadriénio 2013/2017, da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 4.12.2013, e que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião.-

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Sr. Vereador Paulo César Teixeira** para apresentação do referido ponto -----

No âmbito da discussão do ponto usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

João Curvêlo, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

*"Pedir ao Sr. Presidente em Exercício que não nos poupasse a alguns esclarecimentos. -----
Independentemente da alteração que nós estamos aqui a discutir e com a qual concordamos, há uma série de pontos que devem ser esclarecidos na discussão deste ponto e queríamos para início de conversa apresentar primeiro um requerimento e depois três perguntas ao Sr. Presidente em Exercício.-----
O Requerimento é sobre a listagem das instituições do comércio local que aderiram a este projeto, que aliás são omissas na documentação entregue. Não se sabe muito bem porquê, mas a ficha informativa termina exatamente nesse ponto. -----*

Três Perguntas: 1ª sobre o balanço que a Câmara Municipal faz da aplicação deste Projeto Cartão Jovem Cidadão, agora Jovem Cidadão; 2ª pergunta qual o número de adesões individuais ao Cartão Jovem Cidadão, agora Jovem Cidadão de jovens do concelho e a terceira pergunta é relacionada com este, se o Sr. Presidente em Exercício acha justo o desconto que existe para estudantes nos cartões de fidelização da Municipália." -----

Pedro Roberto, pela bancada do **PSD** -----

Raquel Rodrigues, pela bancada da **CDU**; -----

Edgar Valles, pela bancada do **PS**, -----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD** -----

(P)
J
R

Presidente da União de Freguesias Ramada/Caneças, **Ilídio Ferreira** pela bancada da **CDU**, -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

"Nós já sabíamos que a maioria PS e PSD desde 2005 é uma maioria de interesses, pena é, é que sejam interesses semeados, lavrados e floridos sobre o interesse público e sobre os dinheiros públicos, esse é que é o problema." -----

Em relação ao artigo 8º e à proposta do Bloco de Esquerda, penso que a chamada de atenção do membro da Assembleia Edgar Valles faz algum sentido, neste aspeto: de facto a Municipália pode levar a cartaz algum espetáculo que seja exterior ao próprio Município e que obriga o pagamento de bilhete, efetivamente é um facto embora como nós vimos agora o bar do multiusos passando para a Câmara "abre-se" mais uma porta para os munícipes e para o Cartão Jovem. -----

Penso que a proposta do Bloco de Esquerda ficaria bem salvaguardada se acrescentássemos aquilo que é o final 3 do artigo 8º, ou seja, "previamente anunciado". Se à proposta do Bloco de Esquerda acrescentarmos o "previamente anunciado", salvaguarda esse perigo de efetivamente haver algum espetáculo de bilheteira para pagamento para toda a gente. Esta era a nossa proposta e o Bloco de Esquerda já a aceitou." -----

António Monteiro, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

*"Sr. Membro da Assembleia Municipal Edgar Valles, o Projeto Cartão Municipal Jovem tem dois anos e conta com 150 aderentes, as vantagens são tão, mas tão abrangentes que os jovens não vêm qualquer interesse na adesão a este projeto. O mínimo que a Câmara poderia fazer era efetivamente contemplar vantagens no que diz respeito às atividades promovidas pela Municipália, vantagens claras. É a única forma de viabilizar este projeto, caso contrário daqui a dois anos vamos ter 157 aderentes. -----
Este voto tem que ser avaliado e as vantagens têm que ser concedidas pela Câmara em primeiro lugar, pela Municipália em segundo lugar e pelas restantes empresas."* -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr. Vereador Paulo César Teixeira** para prestar os devidos esclarecimentos. -----

Retomada a discussão usaram da palavra os Sr. Membros da Assembleia -----

Handwritten marks: a circled 'C' and a signature.

João Curvêlo, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

"Tinha feito uma pergunta que não foi respondida, que era sobre se a Câmara Municipal na figura do Sr. Presidente em Exercício se acha justo o desconto que existe para estudantes ou para jovens nos cartões de fidelização da Municpália." -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr. Vereador Paulo César Teixeira** para prestar os devidos esclarecimentos. -----

Domingos Tomé, pela bancada do **PS** -----

Susana Santos, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto -----

Documento nº 2 - Proposta de Recomendação "Alteração ao Regulamento do Jovem Cidadão", foi rejeitada por maioria, com os votos, contra do **PS**, a favor da **CDU** e **BE** e abstenção do **PSD** -----

Pelos Membro **Susana Santos**, da bancada do **PS**, foi proferida uma declaração de voto, que seguidamente se transcreve; -----

*"A bancada do PS não está contra a existência de descontos para portadores de cartão jovem cidadão. A CMO pode e deve articular com a Municpália estes descontos, mas não pode obrigá-la via regulamento municipal. Entendemos que os descontos devem inserir-se no âmbito do nº 1 do mesmo artigo e, por isso, não vemos qualquer necessidade de alteração ao regulamento. -----
Por esta razão, a Bancada do PS votou contra a recomendação apresentada pelo BE."* -----

O **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade**. -----

Ponto 3 – Indicação de 4 cidadãos eleitos para integração da Comissão Alargada da CPCJO -----

No âmbito da discussão do ponto usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Foram apresentados os seguintes elementos: Lista A -----

Pela bancada da **CDU** – **Carla Cristina Fernandes da Silva** -----

Pela bancada do **PSD** – **Anabela de Sousa Bandeira** -----

Pela bancada do PS – **Liliana Alves de Lemos Marques Pires de Deus Alves** -----

Pela bancada do BE – **João Cláudio Candeia Fragoso Curvêlo** -----

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra aos Senhores Deputados Municipais não se registando nenhuma intervenção ao que o Sr. Presidente da Assembleia, passou de imediato à votação por escrutínio secreto, tendo obtido os seguintes votos, -----

34 votos favoráveis -----

Ponto 4 - Tomada de posse para as Comissões Permanentes/Especializadas na Assembleia Municipal de Odivelas.-----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foram apresentadas as quatro comissões e os respetivos Deputados Municipais que integrarão -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada posse aos Srs. Coordenadores das respetivas Comissões e posteriormente os outros membros das tomarão posse na respetiva Comissão. -----

Susana Santos, pela bancada do **PS**, como Coordenadora da Comissão de Educação Juventude Cultura e Desporto -----

António Ramos, pela bancada do **PS**, como Coordenador da Comissão de Assuntos Económicos e Financeiros -----

António Sousa, pela bancada da **CDU**, como Coordenador da Comissão de Coesão Social e Saúde -----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD**, como Coordenador da Comissão de Planeamento do Território e Ambiente -----

Comissão do Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente: Carlos Lopes, Miguel Ramos e Rogério Breia, pela bancada do PS; Armindo Fernandes e António Pedro, pela bancada da CDU; Luís Salmonete e Domingos Cabaço, pela bancada do PSD e João Curvêlo, pela bancada do BE; Isabel Maria Galriça Neto, pela bancada do CDS.-----

Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Desporto: Susana Santos, Afonso Simão e Miguel Ramos, pela bancada do PS; Lúcia Lemos e José Carlos Pires, pela bancada da CDU; Pedro Roberto, Maria Fernanda Fitas Tomás, pela bancada do PSD e João Curvêlo, pela bancada do BE; Isabel Maria Galriça Neto, pela bancada do CDS. -----

Comissão da Coesão Social e Saúde: Domingos Tomé, Isabel Coelho e Miguel Galante, pela bancada do PS; António Monteiro e Joaquim Campos, pela bancada da CDU; Deolinda Martins e Paula Paçó, pela bancada do PSD; José Falcão, pela bancada do BE; Isabel Maria Galriça Neto, pela bancada do CDS. -----

Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros: António Ramos, Tânia Beleza e Nuno Gaudêncio, pela bancada do PS, Fernando Painho e Armindo Fernandes, pela bancada da CDU; Carlos Roda e Luís Salmonete, pela bancada do PSD e José Falcão, pela bancada do BE; Isabel Maria Galriça Neto, pela bancada do CDS. -----

Usaram da palavra os Membros da Assembleia Municipal -----

Lúcia Lemos, pela bancada da CDU proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

"O Ponto de ordem é o seguinte: gostaria de perguntar se ainda antes de terminarmos os trabalhos temos ou não o documento que foi requerido à Câmara, nomeadamente o que foi aprovado no dia 20 de Dezembro em relação à Municípalia. -----

Sobre as Comissões gostava de vos transmitir os que já cá estão a algum tempo e aos que chegaram este mandato, que as comissões podem ter um papel muito importante na atividade de cada membro da Assembleia, desde que obviamente trabalhem e isso se reflita depois aqui no plenário. Mas gostava de vos transmitir uma preocupação que tenho a algum tempo e que tem a ver com os relatórios das comissões, ou seja, cada um de nós deve enquanto membro da Comissão depois trazer aqui ao plenário dar conta do que se trabalhou e do que se fez anualmente e deveríamos se calhar refletir um bocadinho, quando chegar a hora, que relatório queremos. Se queremos dez páginas com um calendário de reuniões, é fácil e é uma tabela ou se queremos relatórios com "sumo", ou seja, com o ponto de situação. -----

Estamos em início de mandato e pode ser que o Ano Novo traga vida nova e nomeadamente para as comissões um modelo de relatório novo." -----

Luis Salmonete, pela bancada do PSD -----

José Falcão, pela bancada do BE, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

"O problema não é do "Sumo" ou do oratório ser bem ou mal feito, é das duas coisas, ou seja, ele deve ter "sumo" e deve ser bem feito e não deve ser só o relatório do que é que foi feito, porque isso ...os serviços podem fazer e escusamos de ter uma reunião só para aprovar aquilo que a gente já sabe que andou a fazer.-----

C

E é nesse sentido que é importante percebermos o que andamos cá a fazer: o trabalho e a divulgação. De facto o Deputado Luís Salmonete tem razão quando saliente que "era bom que as comissões servissem para trazer ao plenário assuntos de relevância", coisa que já fizemos e reafirmámos "cinquenta mil vezes", mas que continua a não ir.-----

E também o debate sobre pontos temáticos, pois são momentos importantes para a discussão do trabalho do concelho e é nesse sentido que vale a pena.-----

Se isto for assim, tudo bem, e valerá a pena as alterações propostas: a redução das comissões e das pessoas nas comissões.-----

Mas elas só tem sentido se, de facto, for para valorizar o trabalho dessas comissões e não para fazer figura de corpo presente". -----

Presidente da União de Freguesias Ramada/Caneças, **Ilídio Ferreira** pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

"Gostei o que disse o Deputado Luís Salmonete, que esta questão é discutida em local próprio e tenho o direito de saber qual é o local. -----

Realmente aproveito para dizer à estimada colega aqui da Assembleia, que as escolhas que fazemos tiveram por base os mesmos métodos que vocês tiveram " -----

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 18h09m, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2.º Secretário e pelo Senhor Presidente. -----

O Senhor Presidente

O 1º Secretário

O 2º Secretário